

ATA N.º 24/2015

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 30. OUTUBRO. 2015

----- Aos trinta dias do mês de Outubro de dois mil e quinze, nesta vila de Arouca e Edifício dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal de Arouca, sob a Presidência do seu Presidente, senhor José Artur Tavares Neves, e com a presença dos Vereadores senhores Margarida Maria de Sousa Correia Belém, Alcino Marcelo da Costa Pinho, Albino Jorge Cardoso Gonçalves, José Luís Alves da Silva e Fernando Noites Peres.-----

----- Pelas 17:30 horas o senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

----- Faltou a senhora Vereadora Filipa Isabel Pereira Mendes Teles de Noronha.-----

----- 01. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2016-2019:-----

----- Foi presente à consideração da Câmara a proposta definitiva das Grandes Opções do Plano para 2016, integrando o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriénio de 2016/2019, elaborada nos termos do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei número 54-A/99, de 22 de Fevereiro, cujo valor da dotação das ações e dos projetos nela contemplados importa, no primeiro ano, em €9.459.500,00 (nove milhões quatrocentos e cinquenta e nove mil e quinhentos euros) sendo €6.304.500,00 (seis milhões trezentos e quatro mil e quinhentos euros) como verba definida, e €3.155.000,00 (três milhões cento e cinquenta e cinco mil euros) como verba a definir, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, aprovar aquele documento e mandar submete-lo à consideração da Assembleia Municipal, abstendo-se os Vereadores senhores José Luís Alves e Fernando Peres, que justificaram o seu voto com a seguinte declaração:-----

----- “Não podemos deixar de apresentar um protesto formal por não ter sido respeitado o Estatuto da Oposição, tendo os documentos do Orçamento para 2016 e as Grandes Opções do Plano (2016/19) chegado até aos Vereadores da oposição já fechados, sem qualquer auscultação prévia. Por este motivo, lamentamos que estes documentos tenham chegado aos Vereadores do PSD “fechados”, sem possibilidade de negociação e sem qualquer possibilidade de aceitar propostas reais e concretas. Tal prática é negativa e merece o nosso repúdio e condenação política.-----

----- Consideramos também que o atual Plano de Desenvolvimento Estratégico do município, elaborado há cerca de 20 anos, está completamente ultrapassado. Este plano que levou ao definhar progressivo de algumas freguesias de Arouca como por exemplo Moldes, Tropeço, Mansores e Fermado, deve ser revisto e atualizado, redefinindo outras prioridades de desenvolvimento.-----

30.10.2015

-----Para finalizar, não podemos deixar de lembrar os compromissos assumidos pelo senhor Presidente para com a oposição, aquando da negociação do primeiro orçamento deste mandato, onde se inclui, entre outras obras, a requalificação da Ponte da Ribeira e o asfaltamento da estrada de Saril a Provisente.” -----

-----Em sequência o senhor Presidente apresentou a seguinte declaração:-----

-----“O estatuto da oposição foi cumprido tal como tem sido habitual, com a proposta enviada à comissão política do PSD em data oportuna, tal como determina a lei — lamenta-se pois que a Direção Concelhia do PSD não tenha dialogado com os seus Vereadores, o que não deixa de ter uma leitura política, mas esse não é nosso problema; quanto às obras constantes do compromisso que assumimos para este mandato, como faltam ainda dois anos para o seu término, o que foi prometido vai ser cumprido.”.-----

-----02. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/ORÇAMENTO PARA 2016: -----

-----Foi também presente à consideração da Câmara a proposta definitiva de Orçamento para 2016, elaborada nos termos da norma atrás citada, cujo valor das receitas e das despesas orçadas importa em €14.863.600,00 (catorze milhões oitocentos e sessenta e três mil e seiscentos euros), documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata. -----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com as abstenções dos Vereadores senhores José Luís Alves e Fernando Peres, aprovar aquele documento e mandar submete-lo à consideração da Assembleia Municipal.-----

-----03. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/COMPROMISSOS PLURIANUAIS - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA: -----

-----Pelo senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA) - diploma que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas a assunção de compromissos plurianuais, independente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira e parcerias público- privadas, no âmbito da administração local, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal. -----

-----O Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, que contempla as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da citada LCPA, prevê no seu artigo 12.º, para efeitos da aplicação da norma estatuída naquela alínea c), que a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano. -----

-----São muitos e frequentes os compromissos que se estendem para além do ano económico em que são efetivamente assumidos pela autarquia.-----

30.10.2015

----- Ora, sabendo-se que a assembleia municipal reúne ordinariamente apenas cinco vezes por ano, exigir-se a intervenção prévia deste órgão para a assunção de quaisquer compromissos plurianuais, mesmo para os de valor reduzido, constituiria uma forte e injustificada condicionante da atividade municipal. -----

----- Torna-se por isso necessário que a Assembleia Municipal, com a aprovação dos documentos previsionais que ora se apresentam, delibere autorizar genericamente a assunção de compromissos plurianuais. Deste modo, a Câmara Municipal, em reunião de 30 de outubro de 2015, delibera solicitar que, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e do artigo 12.º da respetiva lei regulamentadora, com a aprovação das Grandes opções do Plano para 2016/2019, a Assembleia Municipal conceda autorização prévia genérica para a assunção de compromissos plurianuais pelos órgãos legalmente competentes do município, e dos seus membros, observados que sejam as regras e procedimentos previstos na LCPA e os demais requisitos legais de execução da despesa.”-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com as abstenções dos Vereadores senhores José Luís Alves e Fernando Peres, aprovar a proposta que antecede. -----

----- 04. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/TAXA DE IMI – REDUÇÃO: -----

----- Pelo senhor Presidente foi ainda presente a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com o previsto no n.º 13 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), na redação dada pela Lei n.º 82-B/2014, de 31.12, os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente, podem fixar uma redução da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto, dentro da percentagem aí definida, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o agregado familiar do proprietário. -----

----- Apesar de combatido pela forte redução de recursos financeiros de que tem sido alvo, fruto dos sucessivos cortes nas transferências do Orçamento Geral do Estado, da quebra de receitas próprias e do termo de projetos cofinanciados pelo QREN, o Município de Arouca fixou a taxa do imposto municipal sobre os prédios urbanos (IMI) para o ano de 2016 na percentagem de 0,3%, ou seja na percentagem mínima prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo citado artigo. -----

----- Não obstante, entendemos que o orçamento municipal e as atividades por ele financiadas devem ceder às dificuldades que a atual conjuntura económica encerra, aliviando a carga fiscal das famílias com dependentes a seu cargo através de uma redução suplementar da taxa daquele imposto. -----

----- Com efeito, propõe-se: -----

----- 1. Que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal que, ao abrigo do disposto no n.º 13 do artigo 112.º do CIMI, nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, fixe a redução da taxa do IMI que vigorar no ano de 2016, atendendo ao

30.10.2015

numero de dependentes que, nos termos do previsto no artigo 13.º do Código do IRS, compõem o agregado familiar do proprietário em 31 de dezembro, nos termos seguintes:-----

-----1.1 Com 1 dependente a cargo.....5%-----

-----1.2 Com 2 dependentes a cargo.....10%-----

-----1.3 Com 3 ou mais dependentes a cargo ..20%-----

-----2. E que, caso a proposta venha a merecer aprovação, a deliberação da Assembleia Municipal seja comunicada à Direcção-Geral dos Impostos até 30 de Novembro, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do citado artigo 112.º.”-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela proposta.-----

-----**05. PESSOAL/MAPA DE PESSOAL PARA 2016:**-----

-----Foi presente à consideração da Câmara o mapa de pessoal elaborado de acordo com as regras previstas no artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei número 35/2014, de 20 de Junho, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata.-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com as abstenções dos Vereadores senhores José Luís Alves e Fernando Peres, aprovar aquele documento e mandar submete-lo à consideração da Assembleia Municipal.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:**-----

-----Finalmente a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos e para os efeitos do consignado nos números 3 e 4, art.º 57.º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.-----

-----Eram 18 horas e 30 minutos.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que, achada conforme, vai ser assinada pelo senhor Presidente e por mim, _____, Coordenador Técnico do Departamento de Administração Geral e Finanças que a redigi.-----